

Materiais didáticos de matemática bilíngues para a educação escolar indígena no âmbito da rede básica de ensino mato-grossense

Bilingual mathematics textbooks for indigenous school education within the basic education network in Mato Grosso.

Materiales didácticos bilingües de matemáticas para la educación escolar indígena en el ámbito de la red básica de enseñanza de Mato Grosso.

Gabriel Marchetto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Parauapebas, Pará, Brasil
gabriel.marchetto@ifpa.edu.br | <https://orcid.org/0000-0003-2535-1723>

Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil
raiane.campos@edu.mt.gov.br | <https://orcid.org/0000-0003-1399-8159>

Resumo

Este ensaio objetiva, a partir das concepções teóricas e práticas educacionais interculturais que orientam a educação escolar indígena, tecer comentários sobre a apresentação de conteúdos por livros didáticos de matemática pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT). As discussões levantadas neste trabalho foram instigadas a partir dos estudos acerca da diversidade linguística e cultural existente em Mato Grosso e no Brasil e os princípios para a educação indígena assinalados pelos documentos oficiais. Para esse fim, analisamos estudos teóricos sobre educação indígena e os documentos oficiais que conduzem as práticas escolares. Como resultado deste ensaio, verificamos a grande diversidade linguística existente no estado de Mato Grosso e no Brasil, apesar da interferência da globalização. Salienta-se ainda que diante do compromisso educacional de respeitar e valorizar todas as culturas e línguas, faz-se necessário o estudo dessa temática e sua atuação no âmbito da formação de professores.

Palavras-chave: Educação indígena. Livro didático. Mato Grosso.

Abstract

This essay aims to provide comments on the presentation of mathematical content in textbooks by the Department of Education of the State of Mato Grosso (SEDUC-MT), based on theoretical and practical intercultural educational concepts guiding indigenous school education. The discussions raised in this work were instigated by studies on linguistic and cultural diversity in Mato Grosso and Brazil, as well as the principles for indigenous education outlined in official documents. To this end, we analyzed theoretical studies on indigenous education and the official documents that guide educational practices. As a result of this essay, we observed the significant linguistic diversity existing in the state of Mato Grosso and Brazil, despite the influence of globalization. It is important to emphasize that, given the educational commitment to respect and value all cultures and languages, it is necessary to study this topic and its role in teacher training.

Keywords: Indigenous education. Textbook. Mato Grosso.

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo, a partir de las concepciones teóricas y prácticas educativas interculturales que orientan la educación escolar indígena, hacer comentarios sobre la presentación de contenidos en los libros de texto de matemáticas por parte de la Secretaría de Educación del Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT). Las discusiones planteadas en este trabajo fueron instigadas a partir de estudios sobre la diversidad lingüística y cultural existente en Mato Grosso y Brasil, así como los principios para la educación indígena establecidos en los documentos oficiales. Con este fin, analizamos estudios teóricos sobre educación indígena y los documentos oficiales que guían las prácticas escolares.

Artigo recebido em: 22/12/2021 | Aprovado em: 11/07/2023 | Publicado em: 01/11/2023

Como citar:

MARCHETTO, Gabriel; CAMPOS, Raiane F. S. Pires de. Materiais didáticos para a educação escolar indígena no âmbito da rede básica de ensino mato-grossense. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 13, p. 1-12, e36695. 2023. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2023.v13.36695>.

Como resultado de este ensayo, observamos la gran diversidad lingüística existente en el estado de Mato Grosso y Brasil, a pesar de la influencia de la globalización. Es importante destacar que, ante el compromiso educativo de respetar y valorar todas las culturas y lenguas, es necesario estudiar esta temática y su papel en la formación de docentes.

Palabras clave: Educación indígena. Libro de texto. Mato Grosso.

1 Introdução

Segundo dados preliminares do censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos no Brasil 1.652.876 pessoas indígenas de 305 diferentes etnias, desse montante 130 estão na região centro-oeste que é a terceira com a maioria da população indígena. Ademais, no Brasil é mencionada a presença de cerca de 274 línguas indígenas.

O presente ensaio, de cunho bibliográfico, utiliza como arcabouço teórico estudos sobre educação escolar indígena e questões relativas à cultura e linguagem (ALBÓ, 2005; MORI, 2020; D'ANGELIS, 2012) e documentos oficiais normativos que orientam as práticas escolares e o currículo da educação escolar indígena em Mato Grosso, como por exemplo o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a Educação Básica (2018).

A preservação e valorização das culturas e línguas brasileiras é algo importante e necessário, no sentido de compreender e preservar tradições, história e cultura, a colonização fez com que muito se perdesse, por isso se faz extremamente relevante cuidarmos para que nada mais se perca.

A título de exemplificação, podemos citar o trabalho desenvolvido e liderado, desde 2013, pelo professor Wilmar Rocha D'Angelis da UNICAMP, o qual constitui um grupo de pesquisa que visa trabalhar para a preservação de quatro línguas indígenas: Nhandewa Guarani ou Tupi-guarani, o Kaingang Paulista, o Krenak e o Terena.

A língua é o meio pelo qual um povo se relaciona, se constrói, informações são repassadas, a língua é a identidade de um povo. É pela língua e cultura que uma pessoa se desenvolve, adquire e transmite saberes, a chamada matriz cultural é algo essencial para o desenvolvimento de qualquer ser humano, como aponta Albó (2005). Muitos povos têm perdido sua língua, isso acontece pelo fato de algumas culturas serem mais valorizadas do que outras, são chamadas de culturas dominantes.

A minoria da classe dominante não se sente “por cima” apenas por ter o poder econômico e político, mas também por ter uma cultura que considera “superior”, e até a única digna desse nome. E os setores dominados sentem-se inferiores não só pela falta de poder econômico e social, mas também por sentirem que sua cultura é inferior, por não serem ainda “civilizados” (ALBÓ, 2005, p. 34).

Como visto acima, é essencial respeitar e dar espaço para todos, assim é imprescindível que qualquer comunidade tenha o direito de preservar e viver de acordo com suas ideologias, língua e cultura. Contudo, o preconceito e a inferiorização cultural tem feito com que muitos povos deixem de falar sua língua para usar o português, por exemplo.

Dentro do contexto atual de globalização, que privilegia o desenvolvimento econômico capitalista extrativo — gerando a destruição dos territórios tradicionais dos povos originários —, vemos como esses povos vêm relegando o uso de suas línguas maternas a espaços mais restritos, incrementando, cada vez mais, o caminho do monolinguismo (MORI, 2020, p. 144).

Portanto, conforme Mori (2020) o contexto do mundo globalizado contribui para um certo apagamento das línguas maternas, relegando-as apenas a contextos restritos, os quais contribuem para sua extinção e o conseqüente monolinguismo. Contudo, Albó (2005) assevera para a urgência do cultivo de uma relação de interculturalidade, a qual abrange culturas diferentes em contato, pois é preciso cultivar uma interculturalidade positiva, no sentido de lidar de forma empática com o outro e sua bagagem cultural, na educação, isso deve ocorrer de forma mais efetiva.

Diante disso, este ensaio objetiva, a partir das concepções teóricas e práticas educacionais interculturais que orientam a educação escolar indígena, tecer comentários sobre a apresentação de conteúdos de livros didáticos de matemática pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT).

2 A educação indígena e os documentos oficiais

A educação indígena é um direito garantido tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quanto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

No caso da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares. Significa também, em uma perspectiva intercultural, considerar seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios pedagógicos próprios (em consonância com a Constituição Federal, com as Diretrizes Internacionais da OIT – Convenção 169 e com documentos da ONU e Unesco sobre os direitos indígenas) e suas referências específicas, tais como: construir currículos interculturais, diferenciados e bilíngues, seus sistemas próprios de ensino e aprendizagem, tanto dos conteúdos universais quanto dos conhecimentos indígenas, bem como o ensino da língua indígena como primeira língua (BNCC, 2018, p. 17-18).

Nesse sentido, a educação indígena deve garantir uma educação de qualidade que respeite as particularidades culturais e sociolinguísticas de cada comunidade, pois, “A entrada das crianças no sistema escolar não deve ser para elas uma ruptura com suas experiências anteriores, mas sim um crescimento a partir delas e em coerência com elas” (ALBÓ, 2005, p. 57). Para isso, é necessária a formação específica para professores que trabalhem nesse contexto, como destaca,

É necessária uma formação especial dos educadores para que possam cuidar de uma problemática tão variada. De maneira geral, cabe dizer que, nesse campo, o mínimo que se pode pedir aos educadores e funcionários diante dessas situações é sensibilidade para perceber que situações diferentes exigem tratamentos distintos e, com base nisso, planejar e atuar adequadamente (ALBÓ, 2005, p. 76).

Conforme o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (doravante RCNEI), a escola indígena deve trabalhar de forma que a cultura e o modo de ver o mundo de cada etnia seja respeitada e preservada, pois “[...] deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra [...]” (RCNEI, MEC, 1998, p. 24).

Outro aspecto de importante valor é a língua, como mencionado anteriormente, pois, “Não existe língua primitiva. Toda língua é completa, rica e serve plenamente para todos os usos que dela se queira fazer [...]” (RCNEI, MEC, 1998, p. 118). Dessa forma, o ensino multilíngue nas escolas indígenas tem por objetivo valorizar e preservar a identidade, histórias e tradições de cada povo indígena, já que a escola deve “[...] possibilitar que os alunos indígenas usufruam dos direitos linguísticos que lhes são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição [...]” (RCNEI, MEC, 1998, p. 120).

Albó (2005) aponta alguns questionamentos quando se trata da educação em uma comunidade indígena. Por exemplo, a criança chegará à escola dominando a habilidade de se comunicar através de sua língua materna, diante disso os educadores têm duas alternativas: a) ignorar e ensinar utilizando somente a língua dominante, a qual, muitas vezes o educador sequer conhece a língua daquela comunidade, ou b) ensinar somente na língua materna dos estudantes. O fato envolve muitas questões e complexidades, uma das possibilidades seria, “[...] ensinar simultaneamente a leitura-escrita em língua materna, e a língua oficial somente na forma oral, de conversação, privilegiando as palavras e expressões mais comuns e necessárias no ambiente em que se movem as crianças.” (ALBÓ, 2005, p. 59).

Logo, as línguas desempenham papel fundamental na vida das pessoas, não simplesmente como meio de comunicação, educação, socialização e desenvolvimento, mas também como elemento crucial da identidade, da história, dos costumes e das tradições de uma sociedade e de cada indivíduo (MORI, 2020, p. 144).

Independente das particularidades de cada indivíduo e/ou grupo social, aceitar as diferenças é indispensável, no papel de educador orientar-se por uma prática pedagógica reflexiva e humilde é o melhor caminho.

3 O livro didático como prática educacional intercultural

Por conseguinte, um exemplo de política voltada para as comunidades indígenas é o Projeto Hayô que foi criado pela Secretaria de Educação de Mato Grosso, o qual tem como missão a formação de Professores Indígenas para o Magistério Intercultural, conseqüentemente, com uma educação sem inferiorização e

exclusão os integrantes dessas comunidades irão se perceber e olhar com melhores perspectivas sua cultura e sua língua. Como aponta,

O Estado de Mato Grosso, afirmando um modelo de educação fundado em práticas de convivência democrática e estimuladora de relações sociais plurais vem inovando em suas propostas educativas, rompendo com concepções e práticas de educação escolar homogeneizante, buscando construir uma educação que dialogue com a diversidade cultural, tendo como eixo constituidor os interesses e perspectivas dos povos indígenas (DRC-MT, 2018).

Sobre a importância de projetos de formação de professores, também temos:

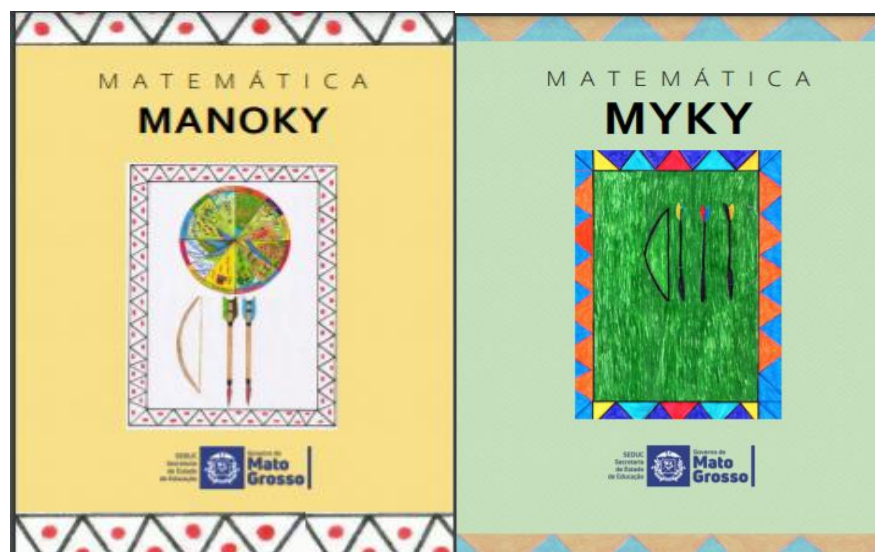
a questão importante na abordagem sobre a especificidade da Educação Escolar Indígena está centrada também na formação inicial e continuada para professores indígenas e/ou aqueles que atuam em escolas indígenas, sendo um dos grandes desafios a formação docente para a busca da implementação do currículo e de práticas pedagógicas da escola específica, diferenciada, intercultural, bilíngue (DRC-MT, 2018).

Para além da rica formação e preparação dos professores que atuam nas escolas indígenas pelo projeto citado, os integrantes produziram materiais didáticos específicos para a educação escolar indígena, valorizando assim as particularidades de diferentes povos e culturas, “Nesse sentido, considerando que algumas línguas indígenas estão perigosamente ameaçadas, o currículo das escolas indígenas deve priorizar a continuidade dos trabalhos de revitalização linguística por meio dos projetos de autoria indígena” (DRC-MT, 2018).

No ano de 2021, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso lançou e distribuiu livros didáticos bilíngues de matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental para comunidades indígenas de oito etnias diferentes, os quais foram produzidos e elaborados por integrantes do projeto Hayô. Inicialmente, foram elaborados os livros de matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental. O material está organizado em onze volumes atendendo a oito etnias diferentes e é direcionado para os seguintes povos: Manoky (Irantxe), Cinta Larga, Haliti (Paresí), Myky, Rikbaktsá, Nambikwara (Sabane, Katitauru e do Vale do Guaporé), Terena e Panyjeje (Zoró).

Os livros são bilíngues, e possuem escritos tanto em português quanto na língua materna de cada etnia, também se observa no material o cuidado com a tradução apropriada e uma linguagem de abordagem intercultural. Os livros também possuem adaptação e contextualização de conceitos de acordo com as ideologias, crenças e cultura de cada etnia.

Figura 01: Ilustrações das capas de dois livros didáticos, Manoky e Myky.



Fonte: disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/16750400-e-books?ciclo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Acima podemos observar os livros das etnias Manoky e Myky, os quais apresentam figuras que buscam caracterizar aspectos culturais de cada uma das etnias, tanto no que tange a escolha das imagens ilustradas, quanto as cores e símbolos utilizados na confecção artística das capas.

Os livros possuem em média 30 páginas cada, os principais conceitos matemáticos foram traduzidos para a língua materna correspondente a cada etnia de forma muito responsável, contextualizando cada conteúdo de acordo com a história, tradição, arte, crenças e aspectos de cada povo.

A língua é um fator substancial e para se traduzir uma língua de forma eficaz é preciso conhecer a cultura a qual pertence, pois “[...] não se conhece uma língua se ela não for analisada sob o foco da respectiva cultura” (D’ANGELIS, 2012, p. 24). Portanto, iniciativas desse viés ajudam na manutenção e revitalização da língua materna desses povos, visto que, “O Brasil é o segundo país com mais línguas em situação crítica, ficando atrás apenas dos Estados Unidos” (MORI, 2020, p. 146).




O material também reforça um processo de ensino aprendizagem intercultural, já que o ideal é que o currículo da educação indígena deve “[...] ser construído, segundo uma perspectiva intercultural, a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola [...]” (DRC-MT, 2018, p. 93). No caso do material didático mencionado anteriormente, verifica-se um diálogo coerente com os objetivos de aprendizagem elencados no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, 2018 o que evidencia o comprometimento e respeito por parte dos profissionais e da secretaria de educação à diversidade cultural e aos povos indígenas.

Acerca da educação dos anos iniciais, temos a seguinte premissa máxima a ser seguida: “[...] deve-se ter o currículo construído a partir da consulta às

comunidades, no que se refere a formas de atendimento, espaços e conteúdo a serem trabalhados.” (DRC-MT, 2018, p. 94). No material elaborado e distribuído é possível ver o cuidado e respeito que os elaboradores tiveram em relação às especificidades de cada etnia e língua. Um exemplo disso são as capas dos livros, produzidas por professores indígenas, cada uma de acordo com a personalidade do povo ao qual o livro se destina, os conteúdos têm como objetivo trabalhar os conceitos fundamentais da matemática, o que fica evidente já pelo sumário, onde se constatam tópicos como, história da matemática, as quatro operações básicas, tempo, formas geométricas básicas, entre outros.

Em cada um dos livros, os conteúdos foram apresentados a partir da realidade, história e vivências de cada cultura, levando em consideração o uso da matemática de cada povo, as unidades, por exemplo, são exemplificadas em cada livro, com itens da realidade de cada comunidade, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 02: Ilustrações presentes no Livro de Matemática da etnia Haliti

| | | |
|---|--|------|
| 6 |  | SEIS |
| 7 |  | SETE |
| 8 |  | OITO |

Fonte: disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/16750400-e-books?ciclo=>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Portanto, atitudes como as descritas anteriormente, interferem consideravelmente no processo de aprendizagem dos discentes, pois, atentar-se às particularidades de cada cultura e valorizar as vivências e a realidade local desses estudantes, contribui para a sua motivação, além de prestigiar e preservar os saberes indígenas e colaborar para o êxito do processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Outro bom exemplo pode ser verificado quando observamos a abordagem realizada sobre a temática do clima, o qual é explicado com a utilização de referências concretas e presentes no cotidiano das aldeias, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 03: Ilustração sobre o clima no livro de Matemática da etnia Rikbaktsá

CALENDÁRIO RIKBAKTSÁ



ATIVIDADES E FENÔMENO DE CADA MÊS

1º JANEIRO: É ÉPOCA DE MUITA CHUVA E O POVO RIKBAKTSÁ COLETA CASTANHA. É BOM PARA PESCAR NOS LAGOS COM A FRUTA AMARGA.

2º FEVEREIRO: O RIO FICA MUITO CHEIO, OS PEIXES CONTINUAM SUBINDO OS RIOS E CÓRREGOS À PROCURA DE ALIMENTOS. NESSA ÉPOCA OS RIKBAKTSÁ COSTUMAM CAÇAR OS PEIXES DE FLECHA. É ÉPOCA DE COLHER FRUTOS DE PEQUI E CAJU DO MATO.

Fonte: disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/16750400-e-books?ciclo=>.
Acesso em: 20 jun. 2021.

Como visto acima, a escolha vocabular utilizada também busca se aproximar ao máximo da realidade local das comunidades indígenas ao utilizar uma linguagem sucinta e objetiva, sem a presença de marcadores discursivos, com o objetivo de se aproximar da variação linguística utilizada pelas comunidades alvo. Podemos observar a predominância de verbos de ligação (ser, estar, ficar) e da predominância pela escolha de utilização do ponto final ao invés de conjunções, por exemplo.

A utilização de referências concretas e presentes no cotidiano das aldeias pode ser fortemente notada nos trechos acima, como no trecho “1º de janeiro: é época de muita chuva e o povo Rikbaktsa coleta castanha”. A partir da constatação de clima predominantemente chuvoso, destaca-se o costume do povo Rikbaktsa de coletar castanhas, dessa forma os autores relacionam o conceito de estações do ano (abstrato) com a atividade comumente executada pela população da aldeia (concreto), contribuindo para uma melhor compreensão.

A respeito da parte curricular específica da disciplina de matemática, a qual o material didático foi elaborado, os conteúdos abordados são os mesmos em todos os livros, os fundamentos básicos da matemática, porém desenvolvidos pela perspectiva de cada etnia, por exemplo, o título inicial de todos os livros é História da Matemática de cada uma das 8 etnias, vejamos mais um exemplo:

Figura 04: Trecho do livro de Matemática da etnia Cinta Larga

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA DO POVO CINTA LARGA NZALÂPIAPBEEJ INDEE PUÚ KAMÂÂ MENÉ PANEÉ SÉP

OS PRIMEIROS REGISTROS DA UTILIZAÇÃO DA MATEMÁTICA NA HISTÓRIA DO POVO CINTA LARGA SÃO DE MUITO TEMPO ATRÁS, DE QUANDO NOSSOS ANTEPASSADOS CAÇAVAM OS ANIMAIS COM LANÇAS. ERA IMPOSSÍVEL MATAR UM NÚMERO ELEVADO DE ANIMAIS.

NZALÂPIAP PUÚJEEJ INDEE MBEREMÁNGA TEÉT PUÚ KAMÂÂ MENÉ TIKI MENÉ PANEÉ, MAÁTERE TEÉT MENE PI WE MÁNGAÁ ÉEBUK MAÁTERE TUTEÉREÉJ MÂÂ NGALA KUJ KÍ PUÚPAKEÉJ KAJ SUKÁÁ MI KIAÁ, ÉENA MÁNNGA TA MÂÂ WE KAJ MI UÚMDEÉT PUÚPAKEÉJ ABIÍ KIAÁ.

Fonte: disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/-/16750400-e-books?ciclo=>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Como podemos observar, os elaboradores dos materiais buscaram contextualizar a história do ensino de matemática de acordo com a historicidade local de cada comunidade alvo, destacando aspectos importantes a serem considerados com relação ao pensamento matemático da etnia em questão, além de se preocupar com os fatores culturais envolvidos, atendendo assim aos documentos oficiais, como podemos ver em um dos objetivos de aprendizagem para Ciências da Natureza e da Matemática da educação indígena, “Conhecer e valorizar as formas próprias de medir e contar, compreendendo as como um dos aspectos de ensino-aprendizagem do seu povo [...]” (DRC-MT, 2018, p. 97).

No Documento de Referência Curricular para Mato Grosso Concepções para a Educação Básica, 2018, são elencados os objetivos de aprendizagem para a área de Ciências da Natureza e da Matemática, o material traz praticamente todos, conforme observado nas figuras 2, 3 e 4. O material é voltado para os conceitos básicos da matemática e podemos notar que ele consegue cumprir de forma satisfatória sua função, qual seja o trabalho com os conhecimentos matemáticos a partir de uma abordagem intercultural ao valorizar conhecimentos culturais e locais de cada comunidade, além de destacar aspectos importantes no que tange à fatos históricos das comunidades alvo.

4 Considerações finais

A partir das reflexões feitas neste estudo, podemos refletir e analisar alguns aspectos importantes sobre educação escolar indígena, tanto a nível nacional, com base na leitura a análise do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, quanto a nível estadual com a leitura das Diretrizes Curriculares do Estado de Mato Grosso, especificamente focalizando em questões relativas ao ensino e aprendizagem desenvolvidos em escolas indígenas.

Conforme já apontado na parte introdutória, o estado de Mato Grosso se caracteriza enquanto uma região extremamente rica no que tange a diversidade de

etnias indígenas, e por conseguinte, em línguas indígenas. Apesar de alguns autores, (ALBÓ, 2005; MORI, 2020), destacarem grande preocupação com a interferência da globalização na preservação das culturas indígenas e na iminente presença do monolingüismo nessas comunidades, ainda assim pudemos observar grande diversidade e interculturalidade no contexto mato-grossense.

Enquanto profissionais de educação da rede básica de ensino estadual de Mato Grosso, destacamos a imperatividade do estudo desta temática para nossa formação enquanto professores da área de linguagens, pois estamos constantemente negociando sentidos com nossos alunos em sala de aula, principalmente com a presença de alunos indígenas em nossas aulas. Enquanto educadores, devemos respeitar e valorizar não somente as línguas dotadas de maior prestígio social e econômico, como por exemplo a língua inglesa, mas acima de tudo, devemos destacar, também, as línguas indígenas que estão presentes no contexto mato-grossense.

Acreditamos que as reflexões feitas neste trabalho podem vir a ser abordadas mais detalhadamente em pesquisas que busquem refletir sobre os efeitos das políticas públicas estaduais executadas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso nos mais variados contextos étnicos do nosso rico estado.

Referências

- ALBÓ, Xavier S. J. **Cultura, Interculturalidade, inculturação**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 003. **Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas**. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena**. Lei 10.645. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 6.861**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, 2009.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, DF, Seção I, p. 7, jun. 2012.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Uma breve história da educação escolar indígena. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.
- MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: concepções para educação básica**. [Cuiabá]: SEDUC, 2018.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Cinta Larga**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Haliti**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Manoky**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Myky**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Rikbaktsá**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Nambikwara**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Terena**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea Matemática Pangyjej**. Cuiabá: Gráfica PRINT, 2021.

MORI, Angel Corbera. O ano internacional das línguas indígenas e a diversidade linguística brasileira. In: Centro Brasileiros de Estudos da América Latina (Org.). **Línguas Ameríndias - ontem, hoje e amanhã**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2020. p. 144-153.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Gabriel Marchetto; Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos

Coleta de dados: Gabriel Marchetto; Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos.

Análise de dados: Gabriel Marchetto; Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos.

Discussão dos resultados: Gabriel Marchetto; Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos.

Revisão e aprovação: Gabriel Marchetto; Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 1 de novembro de 2023, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Frederico Braida; Liamara Scortegagna; Wagner Silveira Rezende.

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Gabriel Marchetto

Graduado em Letras – Português e Inglês (UEMS). Mestre em Estudos de Linguagem (UFMT). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará *campus* Parauapebas.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635598445549368>

Raiane Ferreira Sombra Pires de Campos

Graduada em Letras-Português/Inglês (UFMT). Mestre em Estudos da Linguagem (UFMT). Professora de Língua Inglesa – SEDUC/MT.
Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4482561280376899>